

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 95
05/05/06 - 11/05/06**

Lula não foi convidado para cúpula alternativa

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva não foi chamado para as reuniões da cúpula alternativa de governantes da União Européia-América Latina/Caribe, ocorrida na Áustria. Da cúpula alternativa participaram apenas os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez e da Bolívia, Evo Morales, além do chanceler cubano Felipe Ramón Pérez Roque. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/05/06).

Embaixada boliviana fez recomendação ao Brasil

A Embaixada da Bolívia em Brasília divulgou nota, no dia 04 de abril, na qual exortou o governo brasileiro a reduzir a carga tributária como forma de reduzir o preço do gás natural importado daquele país e vendido no Brasil. A declaração não foi comentada pelo governo brasileiro. Em discurso no 7º Congresso de Mulheres Camponesas do Trópico de Cochabamba, no dia 06 de maio, o presidente da Bolívia, Evo Morales, disse que tem intenção de elevar o preço do gás boliviano exportado em US\$ 2 (reajuste de 61% para o Brasil) com a finalidade de sanar o déficit fiscal da Venezuela, atualmente de US\$ 300 milhões. O ministro brasileiro de Minas e Energia, Silas Rondeau, afirmou que o governo se manifestará apenas quando receber uma proposta formal da Bolívia e que a negociação dos preços deverá respeitar a racionalidade econômica. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 08/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/05/06; O Globo – Economia – 05/05/06; O Globo – Economia – 08/05/06).

Lula, Kirchner, Chávez e Morales se reuniram na Argentina

Os presidentes brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva; argentino, Néstor Kirchner; venezuelano, Hugo Chávez e boliviano, Evo Morales, reuniram-se em Puerto Iguazú, na Argentina, no dia 04 de maio, para discutir a questão energética na América do Sul, sobretudo, a decisão do governo da Bolívia de nacionalizar suas reservas minerais. No encontro, Lula repreendeu Chávez pela sua intromissão no episódio e exigiu do mesmo e de Morales coerência com relação à solidariedade oferecida pelo seu governo à Bolívia e à Venezuela. Lula, Kirchner e Chávez demonstraram apoio à decisão de Morales, classificada pelos presidentes como soberana. O presidente brasileiro, contudo, criticou o uso do exército boliviano na



ação que marcou o anúncio da decisão, no dia 01 de maio. A Bolívia comprometeu-se em não interromper o fornecimento de gás aos países importadores do produto e também que as decisões sobre aumentos de impostos e tarifas praticadas seriam negociadas bilateralmente com os interessados – o que foi visto com bons olhos pelo governo brasileiro e pela Petrobrás, que informou, contudo, que descartaria a possibilidade de aumentos e que adotaria tal posição nas negociações, defendendo sempre o cumprimento dos contratos já firmados com o governo daquele país. O governo da Bolívia informou, contudo, que as empresas que não aceitarem negociar com os termos propostos sujeitar-se-ão a confiscos. Os presidentes destacaram a importância da integração energética da região e convidaram a Bolívia a integrar o projeto que prevê a construção de um mega-gasoduto interligando a Venezuela e a Argentina, passando pelo Brasil. O governo boliviano foi, ainda, exortado a elaborar uma lista de demandas para que os demais países possam ajudar o vizinho. O valor do combustível e o que aconteceria com os bens e investimentos das empresas que operam na Bolívia não foram mencionados no encontro. A declaração do presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, no dia 03 de maio, de suspensão dos investimentos na Bolívia foi classificada por Evo Morales – pouco antes do encontro – como chantagem. Lula e representantes da Petrobrás, contudo, defenderam a posição de Gabrielli, reiterando que, como qualquer empresa, a Petrobrás investirá apenas onde conseguir reaver os investimentos e auferir lucros. Representantes da estatal brasileira informaram, ainda, que estudam recursos judiciais para a decisão do governo boliviano. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 06/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 07/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 09/05/06; O Globo – Economia – 05/05/06; O Globo – Economia – 06/05/06; O Globo – Economia – 11/05/06).

Lula mostrou seu descontentamento com a Bolívia em viagem à Áustria

No dia 09 de maio, em viagem à Áustria para a 4ª Cúpula União Européia-América Latina/Caribe, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou aos presidentes boliviano, Evo Morales, e venezuelano, Hugo Chávez, que não recebeu com bom grado a atuação de ambos no episódio na nacionalização do gás boliviano. Segundo Amorim, Lula expressou a Chávez descontentamento com suas ações, dentre as quais a presença de funcionários da estatal venezuelana PDVSA na Bolívia, o que, nas palavras do presidente, poderiam prejudicar a integração sul-americana e a construção do gasoduto interligando Argentina, Brasil e Venezuela. Os crescentes comentários de autoridades brasileiras de que Chávez teria influenciado na decisão da Bolívia de nacionalizar o gás nacional foram rechaçados por autoridades bolivianas. Segundo o presidente em exercício boliviano, Álvaro García Linera, "há vários países amigos com os quais trabalhamos em muitos temas, mas isso jamais se traduz numa interferência, uma influência ou uma manipulação das decisões da Bolívia". A Chancelaria da



Venezuela classificou as suspeitas como "absurdas" e declarou que o único objetivo do país era "ajudar uma nação amiga que está enfrentando dificuldades". No final de semana anterior ao decreto boliviano, Evo Morales viajou à Cuba, onde encontrou-se com Chávez e com o presidente cubano, Fidel Castro. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/05/06; O Globo – Economia – 10/05/06).

Ministros da Bolívia e do Brasil tentaram firmar acordo para resolver o impasse da nacionalização do gás boliviano

Depois do encontro entre os presidentes brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e boliviano, Evo Morales, na Argentina e na Áustria, no dia 10 de maio foi a vez dos ministros Silas Rondeau, de Minas e Energia do Brasil, e Andrés Soliz Rada, Hidrocarbonetos na Bolívia, além dos presidentes da Petrobrás, Jose Sérgio Gabrielli, e da YPFB, Jorge Alvarado, reunirem-se em La Paz. A reunião terminou sem avanços aparentes no quesito da nacionalização das refinarias pertencentes à Petrobrás na Bolívia e do reajuste do preço de exportação do gás boliviano. Em nota divulgada, os ministros dos dois países afirmaram que "as partes concordaram em realizar reuniões em nível técnico" para tratar de pontos como: as condições para a condução dos negócios durante a fase de transição, a definição de condições de contratos necessários para a produção do gás e sua comercialização e o processo de refino, "inclusive formas de compensação negociada". O governo boliviano também anunciou que prefere que as negociações sejam realizadas com o governo brasileiro em si e não diretamente com a Petrobrás. Soliz ainda discordou do prazo de 45 dias dado pela estatal brasileira, na semana passada, para o término das negociações, depois do qual poderia acionar uma arbitragem internacional, caso fosse necessário e a direção da Petrobrás decidiu abrir mais espaço para as negociações. Além disso, os representantes bolivianos indicaram que os novos diretores e síndicos escolhidos para a Petrobras Bolívia Refinación S.A. foram apenas indicados na semana passada, mas só serão empossados depois que todas as formalidades forem cumpridas. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 08/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/05/06; Economia & Negócios – 09/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/05/06; O Globo – Economia – 08/05/06; O Globo – Economia – 10/05/06; O Globo – Economia – 11/05/06).

Ministro do Exterior da Alemanha visitou o Brasil

O ministro do Exterior da Alemanha, Franz-Walter Stenmeier, visitou o Brasil e encontrou-se com o chanceler brasileiro Celso Amorim. O alemão questionou Amorim sobre as dificuldades que a região tem enfrentado, como a decisão da



Bolívia de nacionalizar o setor de gás, a saída da Venezuela da Comunidade Andina de Nações e a possibilidade do Uruguai abandonar o Mercosul. Amorim respondeu que tais dificuldades são inerentes ao processo de crescimento pelo qual a região vem passando. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/05/06).

Amorim defendeu integração regional

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, defendeu a integração regional e reconheceu falhas no trato com os países menores do Mercosul. Para Amorim, a percepção de que instrumentos tarifários seriam suficientes para atender às expectativas do Paraguai e do Uruguai mostrou-se falha. Assim sendo, o chanceler defendeu políticas industriais e de compras governamentais para esses países e afirmou que a integração sul-americana é a única maneira de garantir a presença efetiva dos países da região no mercado internacional. Reiterou ainda a importância do Uruguai no bloco, mas ressaltou que o país não poderá permanecer no Mercosul caso faça um acordo bilateral com os Estados Unidos. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/05/06).

Ministro brasileiro elucidou pontos sobre escolha do padrão de TV digital

O ministro do Desenvolvimento brasileiro, Luiz Fernando Furlan, esclareceu que não existe acordo com os japoneses no que diz respeito ao padrão de TV digital, mas sim um memorando de entendimento, o que não significa a escolha do padrão japonês, pois esta dependerá ainda de decisões a serem adotadas pelo governo brasileiro. O ministro viajou para Londres, no dia 11 de maio, onde, dentre outras coisas, encontrou-se com investidores interessados da Colaboração DVB, compostas pelas empresas como Siemens, Philips e ST Microelectronics, que tentam convencer o Brasil a adotar o padrão europeu de TV digital. Durante a viagem, a coalizão deverá apresentar a Furlan uma proposta de implantação de uma fábrica de semicondutores no Brasil, caso o país escolha o padrão europeu. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 07/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/05/06).

Meirelles participou de reunião na Basiléia

Henrique Meirelles, presidente do Banco Central (BC) brasileiro, participou da reunião entre chefes de bancos centrais das principais economias do mundo, realizada na sede do Banco de Compensações Internacionais (BIS), o banco central dos bancos centrais, na Basiléia. Meirelles foi alvo de elogios por parte de algumas autoridades, como o presidente do BC Europeu, Jean Claude Trichet, o presidente do BC espanhol, Jaime Caruana e o presidente do BC do Chile, Vittorio



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Corbo, e aproveitou o encontro para asseverar que os fundamentos da economia brasileira estão “sólidos”. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/05/06).

Lula participará de reunião de cúpula em Viena

O presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, fará parte da 4ª Cúpula União Européia-América Latina, que realizar-se-á em Viena nos dias 12 e 13 de maio. O encontro foi organizado para discutir problemas latino-americanos, como o combate à pobreza e a coesão social e Lula deverá aproveitar para alertar a Europa de que os entraves nas negociações sobre produtos agrícolas na Organização Mundial do Comércio oferecem um grande risco de fracasso à Rodada Doha de liberalização do comércio mundial. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/05/06).

Itamaraty convocou encarregado da Embaixada boliviana no Brasil

O Ministério das Relações Exteriores convocou o encarregado de Negócios da Embaixada da Bolívia no Brasil, Pedro Gumucio, a fim de reiterar que o governo brasileiro não tolerará medidas arbitrárias contra seus cidadãos residentes na Bolívia. Gumucio foi convocado pelo Embaixador Rui Nogueira, o qual é subsecretário de Cooperação e das Comunidades Brasileiras no Exterior. No dia 05 de maio, a mesma mensagem já havia sido dada pelo governo brasileiro a Gumucio. Segundo o Itamaraty, deverá ser renovado em setembro, por vontade mútua, o acordo bilateral entre Brasil e Bolívia que facilita a naturalização dos brasileiros residentes na Bolívia e dos cerca de 80 mil bolivianos residentes no Brasil. As preocupações do Ministério são acerca dos produtores de soja brasileiros na Bolívia e os 2 mil pequenos proprietários brasileiros situados na Província de Pandu, dada a possibilidade de uma reforma agrária promovida pelo presidente boliviano, Evo Morales. Segundo o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, a mudança das regras fundiárias na Bolívia preocupam as autoridades brasileiras caso sejam executadas em discordância com as leis e com quebra de contratos. No dia 09 de maio, contudo, o ministro do Desenvolvimento Rural da Bolívia, Hugo Salvatierra, afirmou que o plano de nacionalização de terras privadas abrangerá somente propriedades adquiridas de forma ilegal ou que estejam improdutivas. Salvatierra declarou que os proprietários de terras brasileiros, assim como os bolivianos, não deverão temer ser desapropriados se não estiverem nestas situações. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 09/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/05/06; O Globo – Economia – 10/05/06).



Brasil irá à OMC contestar a exportação de açúcar subsidiado pela UE

Na próxima semana, o Brasil irá à Organização Mundial do Comércio (OMC), a fim de criticar a reforma do sistema de subsídios ao açúcar implantado pela União Européia (UE). A alegação brasileira é a de que a Europa continuará a exportar açúcar subsidiado por três meses além do prazo estipulado pela OMC, uma vez que sua emissão de licenças para exportação do produto só será interrompida a partir do dia 22 de maio. Se a UE descumprir a decisão de mudar seu programa de subsídios até o dia 22 de maio, o Itamaraty poderá pedir pelo direito de retaliar os europeus, com base nas normas internacionais. No início de 2006, a OMC condenou os subsídios europeus ao açúcar e estipulou um prazo para que seu sistema fosse reformado. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/05/06).

BID liberou verba para rodovias em São Paulo

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou ontem um empréstimo de US\$ 30 milhões para a segunda fase de um programa de recuperação de estradas e melhoramento do transporte de carga e passageiro no Estado São Paulo. O empréstimo tem prazo de 20 anos, com 4 de carência e juros variáveis. (Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/05/06).